

O CONCEITO DE LIBERDADE NA CARTA AOS GÁLATAS

(Continuação do número anterior.)

Claret Rocha de Toledo Piza

A idéia: liberdade (eleutheria) aparece na carta aos Gálatas, nas seguintes passagens: 2, 4, 3, 28, 4, 21-31, 5, 1, 5, 13. A idéia se apresenta nas categorias de substantivo (eleutheria), adjetivo (eleutherós), e verbo (eleutherô).

Em 2, 4., assim se expressa o apóstolo: "Por causa dos falsos irmãos intrusos que, como tais, furtivamente se tinham infiltrado para atentar contra a liberdade que temos em Cristo Jesus". Paulo tinha ido a Jerusalém em companhia do apóstolo Barnabé e de Tito. A atenção dos cristãos judaizantes voltou-se para Tito que, sendo pagão, não era circuncidado. Paulo opõe-se à idéia de circuncidar a Tito a fim de evitar que essa prática judia e desnecessária à salvação fosse difundida entre os pagãos.

"Eleutheria" significa, nesta passagem, uma situação oposta à situação de vinculamento à lei mosaica. Mais precisamente, significa a liberdade da circuncisão: o homem goza da liberdade de não mais precisar submeter-se à circuncisão. Paulo fala, de fato, da sua oposição aos falsos irmãos que teriam desejado impor a Tito a circuncisão, mas, graças à sua resistência, ele não foi obrigado pelos apóstolos a sujeitar-se a essa prática.

Esse versículo não é uma explicação do versículo anterior, como poderia parecer indicar a palavra "dé" que introduz o versículo. Nesta passagem, "dé" tem um sentido diferente do de outras passagens, como, por exemplo, no v. 2, onde a repetição do verbo "subi" (anében), do v. anterior, procedido de "dé", significa estar a palavra aí esclarecendo o sentido do mesmo verbo do versículo 1º: subi a Jerusalém e subi por causa de uma revelação. Comparem-se também as seguintes passagens: Ro 3,22. 9,30. 1 Cor. 2,6. Fil.

2, 8. No versículo 4 da carta aos Gálatas a palavra "dé" introduz um versículo cuja explicação se encontra no versículo seguinte, o versículo 5 e se completa no versículo 6. Casos semelhantes encontram-se em Ro. 5, 12. s. 15, 23. 35. etc. Paulo explica aí, pessoalmente, o seu modo contraditório de agir em duas circunstâncias semelhantes: em Atos dos Apóstolos, 16, 3. vem narrado como Paulo fez circuncidar a Timóteo, e, agora com relação a Tito, não permite seja ele circuncidado. Timóteo, embora fosse filho de pai pagão, tinha mãe judia. No caso de Tito as circunstâncias eram diferentes: ele era de origem pagã e, naquele momento, os falsos irmãos exigiam fosse ele circuncidado com o intuito de mostrar que a circuncisão e a observação da lei mosaica eram, com o batismo, necessárias para a salvação. Eis por que, Paulo, para manter a liberdade da lei e da circuncisão aos cristãos, opõe-se energicamente contra esses falsos irmãos. Concordando com a doutrina de Paulo os apóstolos aí presentes (v. 6) nada impõem, não exigem a circuncisão de Tito. A passagem quer dizer portanto: por causa dos falsos irmãos que se introduziram furtivamente para atentar contra a liberdade que temos em Jesus Cristo, escravizando-nos sob a lei com a imposição da circuncisão e a conseqüente observância da lei, nós nos opusemos, não cedendo nem um momento a eles, a fim de que a liberdade do evangelho se conservasse para vós. Daí, segue-se como conseqüência para os gálatas: se Tito, que era pagão não foi obrigado a circuncidar-se pelos apóstolos, não há nenhuma obrigação de circuncisão para os pagãos.

"Eleutheria" aqui significa pois, não só liberdade da lei no sentido específico como fala Paulo em Ro. 13, 8.ss. 7, 7., mas também liberdade de todas as exigências que no Antigo Testamento são entendidas como exigências da lei. Trata-se, aqui, daquela liberdade que os falsos irmãos espionavam e que, segundo o apóstolo, "nós temos em Jesus Cristo". Trata-se da liberdade que é um dom para todos os cristãos.

É oportuno notar que se trata da liberdade da lei como meio de salvação. O apóstolo opôs-se para que a verdade do evangelho fosse conservada aos gálatas (v. 5). Se Paulo tivesse cedido aos falsos irmãos, teria sido imposta a lei como meio de salvação aos cristãos de origem pagã, pois era com esse intuito que eles exigiam o cumprimento da lei. A pregação dos falsos profetas atingia em cheio a verdade do evangelho que eles falsificavam. Eles queriam a lei como meio de salvação ao lado de Cristo. Paulo estava plenamente convencido da inutilidade da lei para salvação. Esta sua convicção ele expressa no versículo 16. "Nós sabemos que nenhum homem será justificado pelas obras da lei, mas, somente pela fé em Jesus Cristo". A mesma convicção manifesta ainda ele em Ro. 3, 22. 26, 30. 5, 1. Gal. 3, 8. 11. 24. Através disso torna-se com-

preensível a extensão do conceito de "Eleutheria" como liberdade das obras da lei, como meio de justificação. Esta idéia Paulo expressa claramente: "Sabemos que ninguém se justifica pelas obras da lei..." (2, 16.). Nenhum homem pois, pode ser justificado diante de Deus pelas obras da lei. Com a chegada da fé por meio de Cristo, tudo o que pertencia ao passado perdeu o valor. Ora, as obras da lei pertencem ao passado. Todo homem, judeu ou pagão, tornou-se livre da lei. Paulo diz: "...a nossa liberdade que recebemos em Jesus Cristo", isto é, a liberdade dada ao homem por Deus, através de Cristo, pois Cristo foi enviado com a missão de resgatar os que estavam sujeitos à lei (4, 4.).

Em 3, 28. diz o apóstolo: "Nem judeu nem grego, nem servo nem livre". "Eleutheros", livre, é usado como substantivo e adjetivo em três sentidos diferentes: 1) em sentido de liberdade política e social; 2) em sentido comum: desligado, independente; 3) em sentido religioso e moral (1).

Nesta passagem da carta usa o apóstolo a palavra "eleutheros" no sentido de liberdade política e social, cujo oposto é o escravo (2). Para expressar a idéia oposta a "eleutheros", é usado no Novo Testamento o termo "doulos", isto é, escravo, como se pode verificar nas passagens: 1 Cor. 7, 21. 22. 12, 13. Gal. 4, 11. Ef. 6, 8. Col. 3, 11. Apoc. 6, 15. 13, 16. 19, 18. etc. O apóstolo declara aqui, a igualdade geral de todos os homens que, através da fé em Cristo, tornaram-se filhos de Deus. Afirma que todas as diferenças, mesmo a diferença entre o livre e o escravo estão eliminadas e desaparecidas. Todos são iguais. Ele coloca a situação presente do homem confrontando-a com a sua situação no passado. No passado estava o homem sujeito ao domínio da lei. O domínio da lei é aqui representado pela figura do "pedagogo". O "pedagogo" não era, como poderia parecer, um professor; era um escravo, escolhido dentre os demais, e que não tinha condições para outros trabalhos por causa de um defeito físico ou outra falha qualquer. A ele eram confiadas as crianças dos seis anos em diante, até a idade da puberdade. Ele devia cuidar da criança, protegê-la contra desastres e outros perigos e zelar pelo seu bom comportamento exterior. Eles podiam repreender as crianças e castigá-las mesmo fisicamente, razão por que eram por elas detestados (3). Chegada a idade da puberdade, aos 16 anos mais ou menos, o menino era livre do pedagogo para começar a viver sua própria vida, sob os cuidados do pai. Assim, a lei, representada pelo pedagogo, teve uma duração limitada. Ela sujeitou o homem em seu estado inicial, imperfeito.

(1) Bauer, Wörterbuch z. Neuen Testament, c. 497.

(2) Confirmam-se as passagens semelhantes: 1 Cor. 12, 13. Ef. 6, 8, Col. 3, 11. Apoc. 6, 15. etc.

(3) Cf. Schlier, Galaterbrief, 168, nt. 3 – 8, Göttingen 1 965/7

Chegada a fé, trazida por Cristo foi destruído o poder da lei e o homem libertado (3, 23-26). Uma nova era começa: a era da fé; ao homem, até então escravo, é dada a possibilidade de se tornar filho de Deus. Esta mudança se opera "através da fé em Jesus Cristo" (26).

A fé (pistis) é aqui tomada no sentido da carta aos Romanos, 10, 8. ss., isto é, a aceitação do querigma. É a fé, para Paulo, sempre, primariamente a aceitação do querigma (4). Através da anunciação da palavra de Deus o homem chega ao conhecimento da fé e a ela se submete. Pela confissão (omologuia) da fé que lhe foi comunicada através da anunciação, completa o homem as condições exigidas para a aceitação do querigma que lhe alcança a salvação: "Porque, se confessares bem alto com a tua boca que Jesus é o Senhor e se creres no teu coração que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo (Ro. 10, 9.). Fé e confissão (pistis e omologuia) são necessárias para a aceitação do querigma como caminho da salvação. Quando o homem crê e confessa a sua fé, torna-se-lhe possível sair da servidão e receber a filiação divina.

Aquilo que a fé torna possível ao homem, lhe é concedido, de fato, no batismo, isto é, a passagem para uma nova existência, a existência em Cristo, onde ele se torna filho de Deus, o homem livre da escravidão. Esta nova existência em Cristo é apresentada por Paulo no versículo 27: "Os que fostes batizados em Cristo, revestistes-vos de Cristo". Aí esclarece Paulo a idéia da união com Cristo através da imagem do "revestir-se de Cristo". O "revestir-se de Cristo" dá a idéia de uma veste celestial, preparada por Cristo, a qual, sendo vestida, significa a entrada em uma nova "era" (5). Em 2, 20. descreve o Apóstolo a nova situação do homem, resultante da entrada na nova "era" e o ser atingido por este novo "eon", como uma nova relação existente entre o homem e Cristo: o existir em Cristo. A figura do "vestir-se de Cristo" tem o mesmo sentido, substancialmente, que "existir em Cristo", isto é, os batizados são abrangidos e determinados pelo ser de Cristo, eles têm parte naquilo que Cristo é; eles são recebidos em Cristo no seu estado e condição de Filho de Pai" (6).

Muito especialmente deve-se aqui salientar que esta nova relação comunicada ao homem através do "revestir-se de Cristo" não expressa uma relação moral, mas ôntica, segundo o modo de ser. O homem começa a viver em um novo ser, o ser de Cristo. Neste novo ser as diferenças são canceladas porque outra realidade determina a existência do homem: porque ele vive em

(4) Cf. Bultmannm, Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament, v.VI, 218 ss. Stuttgart, 1965.

(5) Cf. Schiler, Glaterbrief, 174, Göttingen, 1965.

(6) Althaus, Das Neue Tetament Deutsch, V. VIII, 31, Göttingen, 1964.

Cristo ele é um com Cristo. Muito esclarecedoras são aqui as passagens: Ro. 12, 5. e 1 Cor. 12, 12. Através do batismo é o homem um com Cristo porque ele se tornou um membro do corpo de Cristo, "pois em um só espírito fomos todos batizados para formarmos um só corpo, quer sejamos judeu ou grego, escravo ou livre" (1 Cor. 12, 13.).

4, 21-31. Aqui apresenta Paulo a história de Hagar e Sara que ele interpreta alegoricamente e qualifica como prova da liberdade dos cristãos. Trata-se das seguintes passagens do Gênesis: 16, 4. 15. 21, 1-4. A idéia de liberdade aparece neste lugar da carta aos gálatas nos versículos 22. 23. 26. 31. através do substantivo "eleuthera", a livre. O substantivo "eleuthera" significa nos versículos 22. 23. e 31. "a livre", em oposição à "a escrava", em sentido de liberdade social. (7). No versículo 26 a idéia da "Jerusalém do alto" que é livre, é apresentada como mãe dos cristãos em oposição ao Judaísmo, escravo da lei.

Paulo grita pateticamente aos gálatas que se deixaram titubear diante da pregação dos falsos mestres: "Vós que quereis estar sob a lei, não escutais a lei ? ". Ele lhes chama a atenção, dizendo que se eles querem estar sob a lei devem escutar a lei para conhecer o que a lei diz de si mesma. O verbo "akouein" significa aqui não apenas "escutar" mas inclui uma interpelação: o Apóstolo pergunta se já refletiram sobre a lei para chegar a compreender a lei: "Vós que estais sob a lei" não restringe a interpelação a um grupo, mas interroga a totalidade dos leitores.

O substantivo "nomos" (lei) tem sentido diverso em 21a e 21b. Enquanto em 21a significa a lei dada no Monte Sinai (cf., por ex., Ro. 5, 13.s.), em 21b significa o Pentateuco (cf., por ex., Ro. 3,21.) onde a lei é citada como algo distinto dos profetas e 1 Cor. 9,8.s. 14,34.).

Ismael e Isaque são apresentados aqui pelo Apóstolo como símbolos: Ismael simboliza os judeus incrédulos, Isaque os Cristãos. Se, de fato, Abraão teve outros filhos segundo Gênesis 25, 2., não tem nenhuma importância neste caso.

Entre esses dois filhos de Abraão há uma grande diferença: Ismael, nascido da "paidiské" (v. 22) aqui, a "escrava" (8). "Paidiské" é o diminutivo de "pais", a menina, e é usado desde a antiguidade para significar "a serva" ou "a escrava" (9). Na literatura bíblica e Cristã significa, de modo especial, a "escrava" ou "a serva". Isaque, ao contrário, é nascido da

(7) Comparem-se: 1 Cor. 7, 21, 12, 13. Gal. 3, 281.

(8) Cf. Gên. 16, 1.ss., 12, 16. Mt. 28, 69. Mc. 14, 66, 69. Lc. 22, 56. Atos, 12, 13. etc. onde esta palavra é usada no mesmo sentido.

(9) Cf. Bauer, Wörterbuch zum Neuen Testament, c. 1 198, Berlin, 1 963.

"eleuthera", da livre. A origem diferente dos dois meninos lhes confere também um estado diferente: Ismael, filho da escrava Hagar, nasceu para a servidão. Isaque, filho da senhora, era livre, era o herdeiro (Gên. 15, 4.) O versículo 23 aponta outra diferença: dois elementos diferentes determinam o modo do nascimento dos dois meninos: Ismael, nasceu da escrava "segundo a carne", isto é, a causa do seu nascimento foi pura e simplesmente o fator natural. Ao contrário, Isaque é nascido da livre "segundo a promessa". De fato, a diferença dos dois nascimentos aparece em Gên.16, 2. 4. e Gen. 17, 16. 19. (10) Este fato mostra um especial intervenção de Deus nos nascimentos dos dois meninos. Esta peculiar circunstância é para Paulo de grande importância porque tem um sentido alegórico. Enquanto Ismael representa o homem nascido por força de um fator puramente natural, sujeito à lei, o nascimento de Isaque mostra a ação especial de Deus, elevando o homem de sua situação antiga de servo para o estado de filho, de herdeiro.

A existência de Hagar e de Sara, mães dos meninos, é considerada por Paulo como símbolo de duas alianças. Aliança (diathéke) significa aqui "testamento". Paulo supõe dois testamentos de Deus, representados pelas duas mulheres, que caracterizadas pela liberdade e escravidão, defrontam-se mutuamente. Preso pela lei ao testamento da escravidão, o homem é dela libertado, para, recebendo o novo testamento, o da fé, tornar-se livre como filho. (v. Gal. 4, 6. 5, 1. Ro. 8, 15. 2 Cor. 3, 17.). O primeiro testamento vem da montanha do Sinai e gera para a escravidão, concretizado em Hagar. A este testamento pertencem os que, pela sujeição à lei, vivem no estado de escravos. O versículo 25 mostra o fundamento da relação entre Hagar e a montanha do Sinai: "esta montanha está na Arábia". Esta versão é transmitida por alguns códices (11) e tem o seguinte sentido: esta aliança que vem do monte Sinai tem a sua origem na Arábia, uma terra onde vivem povos subjugados que acreditam ser de descendência de Hagar (v. sal. 83, 6. 7. 1 Cron. 5, 19.). Essa terra fica fora da Palestina onde a história da salvação tinha-se desenvolvido. "Paulo quer dizer pois, que aqueles que querem voltar para a Lei, emigram imediatamente para fora da Terra Santa, figura da eterna herança, para a Arábia, fazendo-se ismaelitas" (12).

Este texto, não transmitido de forma uniforme, tem uma segunda versão: "pois, a palavra Hagar indica, na Arábia, o monte Sinai" (13). De fato, a palavra "Hadjar" significa rocha, pedra e aparece também denominando

(10) Comparem-se também Ro. 4, 20. 9, 9. Hebr 11, 11. s.

(11) P 1 739, Sinaítico, C, F, G etc.

(12) Bisping, Exegetisches Handbuch zu den Briefen des Apostels Paulus, 1 883.

(13) Esta versão se encontra em B, A, D etc.

algumas rochas da montanha do Sinai (14). Oportunas aqui as palavras de Kahler: "...por isso, a situação do monte Sinai na Arábia, terra da descendência de Hagar, explica o corrente uso da palavra Hagar, designando o monte Sinai" (15). Há, todavia, sólidas opiniões contrárias à afirmação de que a palavra "Hadjar" denominasse rochas do monte Sinai. Não há, ainda, correspondência de letras iniciais nas palavras "Hadjar", árabe, e na palavra "Hagar", hebraica. Deve-se, pois, conceber que a explicação exata do versículo não é possível e, conseqüentemente, a razão que levou Paulo a relacionar Hagar com a aliança do monte Sinai permanece obscura (16).

Se a comparação de Hagar com a aliança do Monte Sinai não permite uma solução clara, doutro lado, continuando o versículo 25, o próprio Paulo apresenta uma importante identidade alegórica: ele encontra correspondência entre Hagar-Monte Sinai com a "Jerusalém presente" (do seu tempo). Assim como Hagar gerava para a escravidão e é pois, o símbolo da aliança do Sinai que escraviza os homens sob a lei, assim simboliza também ela a "Jerusalém presente", cujos filhos vivem ainda sob a escravidão da lei. Fazendo um salto, omitindo explicações que Paulo talvez julgasse que seus leitores já conhecessem, apresenta ele o oposto do termo de comparação Hagar-Aliança do Monte Sinai-Jerusalém presente na "Jerusalém do Alto": "A Jerusalém lá do alto é livre e é a mãe dos cristãos" (26). Sara, a livre, gerando para a liberdade e para a herança, representa a outra aliança, é a imagem da Jerusalém do alto. Devem, pois, os gálatas procurar a salvação na aliança representada por Sara.

A idéia da "Jerusalém do alto" é tomada por Paulo da tradição judaica. No Antigo Testamento há a promessa de uma reconstrução escatológica da Jerusalém terrestre: Is. 54, 1.ss.60, 1.ss. To.13, 9.ss.14, 7. A tradição da "Jerusalém do Alto" acredita que uma nova Jerusalém celeste, descendo do céu, haveria de substituir a Jerusalém terrestre. Esta tradição encontra-se em 4 Esdras, 7, 26.s. Esta tradição continua no chamado livro de Elias que diz: "Eis que vejo, como uma bela, luxuosa e grande cidade vinda do céu, ela é chamada na Escritura: tu, Jerusalém, de novo contruída como uma cidade reunida, construída e completada" (Livro de Elias, cap. 10) (17).

No Apocalipse é apresentada esta nova Jerusalém como iniciadora de uma nova era. Esta apresentação corresponde bem à idéia de Paulo que concebe a "Jerusalém do alto" como uma nova era que ele considerava já

(14) Kittel, *Theologisches Wörterbuch z. Neuen Testament*, v. I, pág. 550, 1 966.

(15) Kahler, *Der Brief des Paulus an die Galater*, cit. Schlier, *Galaterbrief* pág. 220, n.º 2.

(16) Cf. Schlier, *Galaterbrief*, 220, Göttingen 1-965.

(17) Cf. exposição minuciosa sobre o assunto em Schlier, *Galaterbrief*, 222 Göttingen, 1 965.

presente no mundo. A Jerusalém do céu já estava presente na Igreja de Cristo, como mãe dos cristãos, os livres, opondo-se frontalmente à “Jerusalém presente” cujos filhos vivem como escravos da lei (18).

No versículo 27, as palavras do Deutero Isaiás: “Exulta ó estéril, tu que não deste à luz, prorrope em júbilos porque os filhos da abandonada são mais numerosos do que os da casada, diz o Senhor”, anunciadas pelo profeta como consolação para Israel, então exilada, servem para Paulo como prova de que a Jerusalém do Alto” é a mãe dos cristãos. A comparação adapta-se muito bem: Sara, primeiro como estéril, fora desprezada e caçoada; mais tarde, pode ela gloriar-se como mãe de uma descendência sem conta que lhe foi dada por meio do filho da promessa. Paulo inclui os cristãos da comunidade da Gálacia nessa descendência de Sara e tira, no Versículo 28, a conclusão: “Vós, irmãos, semelhantes a Isaque, sois filhos da promessa”. Este versículo liga-se imediatamente com o versículo 26: “a Jerusalém do alto, a livre, é a nossa mãe”. Em seguida, refere-se Paulo às perseguições das comunidades cristãs (v. 29) que ele compara com a perseguição contra Isaque. Ele considera essas perseguições como outra prova da identidade dos cristãos com os filhos de Sara. O antigo Testamento não menciona nenhuma perseguição de Ismael contra Isaque, mas fala de um comportamento indevido de Hagar contra Sara (Gên. 16, 4.). Todavia, a tradição palestinese Haggada entende a palavra “misahek” (Gên. 21, 9.,) como um ânimo hostil de Ismael contra Isaque. Essa palavra significaria “derramamento de sangue”. O fato de Paulo usar a palavra “diokêin” cujo sentido é “perseguir”, permite suspeitar que ele faz uso da tradição Haggada. Ele imagina aqui a perseguição dos cristãos através da sinagoga como se pode verificar em Atos dos Apóstolos 4, 11.ss. 5, 17.ss. 7, 54.ss. 8, 11.ss. 13, 45. 50. 14, 2. 5. 19. 17, 5. 18, 6. 12.ss. 2 Cor. 11, 24. e na própria carta aos Gálatas 1, 13. 23. e 1 Cor. 15, 9. onde se refere às perseguições sofridas por ele mesmo.

Segundo o modo de Paulo interpretar a tradição Haggada, entende-se que a perseguição contra Isaque foi o que deu ocasião para a expulsão de Hagar e Ismael (v. 30). Sara exige a expulsão da escrava com o seu filho e Deus confirma a exigência de Sara junto de Abraão. O sentido alegórico é o seguinte: assim como Ismael, filho de Abraão, segundo a carne foi excluído da herança, assim também todos aqueles que eram filhos de Abraão somente segundo a carne e não pela fé, serão também excluídos da herança messiânica. Assim acontece para aqueles que querem viver sob a lei (v. 21), eles são como

(18) Cf. Schürer, Geschichte des Jüdischen Volkes, v. II pág. 625; H. Bietenhard, Die himmlische Welt im Urchristentum und Judentum, pág. 192 — 204; T. Maertens, Jérusalem, cité de Dieu.

Ismael, escravos e ficam excluídos do Reino de Deus, pois “não será herdeiro o filho da escrava com o filho da livre” (v. 30). A citação é quase igual à dos Setenta, Gên. 21, 10. “Pois não herderá o filho desta escrava com o meu filho Isaque”. As pequenas divergências servem para enfatizar o objetivo da exposição de Paulo.

No versículo 31, “portanto, irmãos, nós não somos filhos da escrava, mas da livre”, descreve Paulo o verdadeiro estado dos cristãos da Galácia. A palavra “dió” não se refere apenas à alegação anterior, mas a todo o conjunto de provas, através do qual Paulo chega à conclusão: “vós não sois filhos de uma escrava, mas da livre”. Este último versículo é também uma advertência aos gálatas, despertando nos corações a consciência de sua liberdade diante da lei e incitando-os a guardar essa liberdade.

Capítulo 5, 1.: com o versículo 4, 31. encerra Paulo a exposição do alegoria Hagar e Sara (19) e com a conclamação de 5, 1., “Foi para a liberdade que Cristo nos libertou, permaneçei pois firmes e não vos sujeiteis de novo ao jugo da escravidão”, incita ele os gálatas a se decidirem pela liberdade (20).

“Para a liberdade” é nesta passagem um dativo de determinação, no mesmo sentido que se lê em Ro. 8,24. “para a esperança é que fomos salvos” e significa que o ato libertador de Cristo desligou o homem do vínculo da lei e entregou-o à liberdade (21). Paulo fala aqui da liberdade que o cristão adquire no batismo, conquistado por Cristo ao homem. Do contexto, torna-se claro que ele fala da liberdade da circuncisão (v. 2. 3.). Esta liberdade os gálatas perderão se se deixarem circuncidar, pois, quem se deixa circuncidar está obrigado a observar toda a lei; circuncidando-se, estarão de novo sob o jugo da lei (v. 1.). Está incluída também a liberdade dos elementos do mundo (tá stoichêia toû kosmoû), pois Paulo vê, nessa liberdade, a liberdade da lei (4, 3.). Para Paulo não existe, em princípio, nenhuma diferença entre a escravidão sob a lei ou sob os elementos do mundo. A expressão “palin” (de novo), versículo 9, lembra imediatamente o tempo em que os gálatas viviam sob o paganismo, sujeitos aos elementos do mundo (21).

Liberdade aqui tem o mesmo sentido que em 2,4., incluindo também a liberdade do pecado que é despertado através da lei (cf. Ro. 3, 20. 4,

(19) Hoffmann, Zhan, Bousset Worner, Lagrange são de opinião que o 4,31. continua em 5,1., Schlier, porém, apresenta bons argumentos contra essa opinião. Cf. ainda Lietzmann, Steinnmann e Oepke.

(20) Há outras versões paralelas dessa passagem. Quanto à originalidade da versão aqui apresentada cf. Schlier, Galaterbrief, 229, Göttingen 1 965.

(21) Willi Marxsen, Einleitung in das Neuen Testament, 50, Gutersloher Verlagshaus, 1 963.

15. 5, 20. 7, 5. 7.ss. 13.), do pecado no qual a lei tem a sua força (Ro. 5, 12. 6, 21. 7, 10.s. 13.), do domínio do pecado (Ro. 5, 21.) e do salário do pecado (Ro. 6,23.). Dado que o pecado induz ao engano (Ro. 7,5 . 7.ss. 13.), indica aqui "eleutheria" também liberdade do engano (22).

A liberdade é exigida aqui como condição para que o homem possa usufruir dos benefícios que através de Cristo lhe cabem (v. 2.) e guardar a graça de Cristo.

Em seguida, acentua Paulo o peso da sua autoridade quando exige a liberdade da circuncisão. O valor da sua autoridade fundamenta-se no fato de que ele, antes, esperava também a salvação por meio da circuncisão.

5, 13. "Vós, porém, irmãos, fostes chamados para a liberdade. Somente não façais da liberdade um apoio para os impulsos da carne, mas servi-vos mutuamente na caridade". Com estas palavras, recorda Paulo aos gálatas, que eles foram chamados à liberdade. A liberdade que Cristo conquistou para todos os homens com seu ato libertador, coube também aos gálatas através da pregação do evangelho. Porém, a sua liberdade não deve levá-los ao desregramento das paixões. O cristão vive a sua liberdade quando ele se entrega ao poder de Cristo e Cristo determina e dirige a sua vida (2, 20.).

"Mas servi-vos mutuamente na caridade". A liberdade torna-se ativa no serviço do próximo através do amor. Assim como Cristo se entregou e com isso ganhou para todos a liberdade, assim também os cristãos obterão a sua liberdade vivendo uns pelos outros. A liberdade realiza-se no amor.

A idéia de liberdade, aqui, não tem nenhum outro sentido novo. Paulo quer, antes, mostrar aos gálatas como devem agir com liberdade a fim de não se deixarem iludir pelos falsos pregadores.

CONCLUSÃO

A idéia de liberdade é concretamente considerada nesta epístola como liberdade da lei como meio de salvação. Todas as considerações, afirmações, argumentos, admoestações etc., têm por objetivo apresentar aos destinatários desta carta a liberdade da lei como o verdadeiro e único caminho da salvação. Em oposição à liberdade da lei está a servidão debaixo da lei, servidão que termina na morte. A fim de dar força às suas palavras e convencer os seus interpelados da verdade da sua doutrina, expõe o Apóstolo, logo no início de seu

escrito o caráter divino da sua missão apostólica 1, 15.s., a origem divina dos seus ensinamentos, oriundos de uma direta revelação, 1, 11. 12. 16. a ele outorgada junto às portas de Damasco. Para excluir qualquer dúvida que, por acaso, viesse sugerir a possível intromissão de elementos humanos na sua doutrina ou a origem humana do seu apostolado, esclarece Paulo de início, a falta absoluta de qualquer contato com os demais apóstolos, 1, 16-24. após recebida a revelação. Além da origem divina da sua doutrina e da sua missão apostólica, salienta Paulo a perfeita coerência dela com a convicção dos demais apóstolos que tinham também recebido diretamente dos lábios de Cristo a revelação, pelo fato que, tendo ele apresentado aos demais apóstolos o conteúdo dos seus ensinamentos 2, 2., nada lhe fora imposto 2, 6., antes, reconheceram todos a ortodoxia de sua doutrina 2, 7-8, o que exprimiram em um aperto de mão 2, 9.

Assim estabelece Paulo os fundamentos divinos de sua missão apóstolica e de sua doutrina, a fim de levar os leitores a aceitação dos seus ensinamentos e movê-los a uma conduta correspondente.

Paulo depara as comunidades da Galácia trabalhadas por algumas pessoas, que imbuídas de uma doutrina sincreticamente combinada de elementos judeus, cristãos e gnósticos, tentavam convencer os gálatas da necessidade de se fazerem circuncidar e cumprir as obras da lei como meio de salvação, ao lado do Evangelho de Cristo. Dado que essas pessoas tinham conquistado prestígio e influência junto aos cristãos da Galácia, chama Paulo, em estilo enérgico, a atenção dos cristãos e expõe, em carta, a sua doutrina com relação à obrigação da lei, de acordo com o que lhe fora transmitido na revelação a ele feita. Em 2, 15-21 expõe ele os princípios doutrinários sobre a lei e a justificação pela fé.

A lei é apresentada na carta como um poder que domina os homens antes da vida de Cristo. Duas "eras" são estabelecidas: uma "era" de escravidão, "a era da lei"; e outra "era da liberdade", era inaugurada por Cristo que redime o homem escravo, e faz dele filho de Deus: "a era da fé". A lei é um princípio que existe fora do homem, princípio externo e que determina o que ele deve fazer ou deixar de fazer. Paulo vê, na lei, uma disposição provisória que deveria determinar o agir do homem até que a era da fé fosse inaugurada. Esse aspecto da lei é apresentado em 3, 19-22, onde ela é considerada como um estímulo ao pecado, ordenada por um anjo e transmitida aos homens através de um mediador, sujeitando tudo ao pecado a fim de que a trágica situação do homem ficasse a ele mesmo evidente, e, assim, ciente da incapacidade da lei de dar a vida e justificá-lo, fosse movido aceitar a fé através da qual ele entraria na posse dos benefícios decorridos em virtude da promessa feita a Abraão (3, 15-18); em

3, 24. é ela apresentada sob a figura do “pedagogo”. A lei, fazendo o papel do pedagogo nas famílias antigas greco-romanas, deveria manter o homem em custódia para a fé que seria manifestada mais tarde (3, 23). Como determinação provisória, agindo externamente, não podia a lei justificar o homem e nem ser para ele meio de salvação, mas estava já previsto o alvorecer de uma nova era, a era da fé, pela qual o homem seria justificado, santificado e salvo. Daí as afirmações de Paulo de que a lei não provinha a justificação (2, 16.3, 11.) nem a lei podia dar a vida (3, 21.). Paulo afirma categoricamente que da lei não procede a justificação e aduz, além do salmo 142: “o justo vive da fé”, outros argumentos em 3, 6-9. 15-18. Censura ainda os gálatas pela fraqueza e infidelidade à sua pregação 1, 6.3, 1.ss., e conclama-os a ficarem na fé e a não voltarem à escravidão e separando-se de Cristo (5, 1.ss.).

A libertação da determinação através da lei se realiza pela fé em Cristo. Esgotado o tempo do domínio da lei, tempo predeterminado por Deus (4, 4.), envia ele o seu filho. Este, através de seu ato salvífico, a morte na cruz, aludida pelo Apóstolo em 2, 21. 3, 13., redime o homem da servidão (5, 1.) sob a lei e faz dele filho de Deus (4. 5.) e herdeiro (4, 7.). Aqui inicia a nova era: a era da fé (3, 25.) e a lei perde o seu domínio. A libertação é anunciada através da pregação do Evangelho e o homem chamado à liberdade (5, 13.). O homem entra na posse da sua liberdade no batismo, quando é ele transplantado em Cristo, passando a viver nele como filho de Deus (3, 26. 27.). Essa mudança supõe naturalmente a fé, a aceitação do evangelho.

Paulo mostra aos gálatas que a era da fé já era uma realidade. A liberdade era já, não só um fato presente para toda a humanidade, mas especialmente para eles, os gálatas, que já haviam abraçado a fé e através do batismo estavam livres das prescrições da lei (1, 6. 3, 1. ss. 4, 9. 5, 1. 7.), eram já filhos de Deus e não mais servos (3, 26.).

Para convencer os gálatas do seu estado de libertos da lei e filhos de Deus, expõe-lhes o Apóstolo o sentido alegórico da narração de Hagar e Sara (4, 21-31).

Liberdade da lei não significa porém que a lei estava cancelada e os cristãos seriam um povo sem lei como se esclarece em 5, 13b. O preenchimento dos postulados da lei continuavam válidos. Porém, na nova era, o cristão cumpre a lei movido por um princípio interno e não mais impelido por um preceito externo. A liberdade do cristão torna-se ativa na caridade. Assim como o Cristo ganhou para todos a liberdade, entregando-se como vítima pelos homens, assim também os cristãos vivem a sua liberdade servindo um ao outro

no amor (5, 13.), pois toda a lei está preenchida em uma só palavra: “amarás o teu próximo com a ti mesmo”. A liberdade não deverá ser pretexto para o desenfreamento das ambições humanas, antes, a liberdade se realiza e aperfeiçoa no amor ao próximo, concretizando no serviço mútuo. Paulo aponta o caminho: “caminhai no Espírito” (5, 16.), isto é, a vida do cristão deve desenvolver-se e realizar-se no Espírito enquanto ele deixa-se guiar por ele que é, para o cristão, o princípio que inspira seus atos e o determina a ação. Guiado pelo espírito, não só há a garantia de não ceder a carne porque o Espírito e a carne são dois princípios que se excluem (5, 17.), mas também a garantia da perseverança no estado de liberdade porque, quem se guia pelo espírito, não está sob a lei (5, 18.). A liberdade do cristão não consiste no fato de ele dispor de si mesmo, mas de, através do amor, entregar-se a Cristo para que Cristo disponha do cristão. Na medida em que Cristo dispõe do homem, tanto mais perfeita será a liberdade deste.